

## Gênero

dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil

Ângela Figueiredo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FIGUEIREDO, Â. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. *Raça: novas perspectivas antropológicas* [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 237-255. ISBN 978-85-232-1225-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# Gênero

## *Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil<sup>1</sup>*

• *Ângela Figueiredo* é Pesquisadora do Fábrica de Idéias/Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia.

### *Introdução*

As categorias de raça e de gênero têm ocupado papel fundamental no esforço empreendido por algumas disciplinas em desnaturalizar algumas das categorias que estruturam as desigualdades nas sociedades capitalistas. Todos nós conhecemos a centralidade do conceito de raça na formação antropológica, mas, igualmente, somos testemunhas do empenho realizado pela disciplina em rejeitar, dissociar a raça da biologia. Do mesmo modo, a antropologia tem uma história e uma reflexão importante no que se refere aos estudos sobre sexo, gênero e sexualidade, desde o pioneiro trabalho de Margareth Mead. Não obstante, novos desafios têm sido adicionados, quando da análise da interseção das categorias de gênero e de raça, principalmente, porque não houve a incorporação da categoria de gênero nos temas clássicos da antropologia brasileira (MCCALLUM, 2007).

A literatura sobre gênero é unânime em afirmar a estreita relação entre o movimento político liderado pelas mulheres nos anos 1970 e a produção acadêmica que buscava melhor entender tanto a opressão feminina, quanto à relação entre o sexo biológico e o gênero, entendido sempre como uma construção social. As reflexões sobre as diferentes correntes teóricas, os avanços, os retrocessos e as discordâncias entre as diferentes abordagens podem ser encontradas em importantes artigos (SCOTT, 2005; STOLKE, 1991; HARAWAY, 2004; VIGOYAS, 2004). Do mesmo modo, parece incontestável o papel desempenhado pelas mulheres afro-americanas em alertar para o fato de que a categoria mulher

não era universal, e que as mulheres negras eram duplamente oprimidas (HARAWAY, 2004; AZEREDO, 1994).

No Brasil, a literatura sobre o tema é bastante ampla, recobrando um grande espectro relativo aos enfoques e às diferentes abordagens teóricas. Uma rápida incursão nas duas principais revistas especializadas no tema: a *Cadernos Pagu* e a *Revista Estudos feministas*, publicadas com regularidade, é testemunho desta afirmação. Entretanto, se procuramos, nessas mesmas publicações, artigos que abordem temas relativos ao gênero e à raça, percebemos de imediato o quanto ainda é reduzido o número de publicações (AZEREDO, 1994; BENTO, 1995; CALDWELL, 2000).

De acordo com Vigoyas (2004), os estudos sobre gênero começam na América-Latina nos anos 1980. No Brasil, este período foi caracterizado não só pela abordagem do tema, mas também pela consolidação dos movimentos sociais que emergiram no período de redemocratização, alguns deles assumindo uma pauta reivindicatória voltada, sobretudo, para a defesa dos direitos das mulheres, enquanto outros denunciavam o racismo existente na sociedade brasileira.

Azeredo (1994) considera que a adesão à teoria feminista no Brasil ocorreu de modo parcial, já que os estudos sobre gênero iniciados na década de 80, não incorporaram à crítica realizada por feministas afro-americanas e de outras perspectivas críticas advindas de feministas membros de minorias étnicas nos Estados Unidos e na Inglaterra no mesmo período. Cadwell (2000) concorda com Azeredo e considera que um outro fator importante é a relativa ausência de mulheres negras na academia, uma vez que os estudos sobre gênero e raça têm sido conduzidos majoritariamente por este grupo.

Do ponto de vista da produção acadêmica, os estudos sobre gênero que incorporaram as diferenças de cor/raça na análise no Brasil, começam na década de 1980, como um desdobramento do já então instituído campo dos estudos sobre as relações raciais por um lado; e, por outro, da necessidade, derivada da experiência de mulheres negras na atuação em movimentos sociais negros que não respondiam às demandas específicas, provenientes da experiência das mulheres negras. Quer dizer, se o Brasil era um país racialmente desigual, a situação era muito pior para as mulheres negras. Por conta disso, parte significativa das pesquisas sobre o tema estava voltada para denunciar as desigualdades no acesso à educação e os desníveis de renda entre as mulheres negras (pretas e pardas) em comparação com os homens negros, as mulheres brancas e os homens brancos. Os homens brancos estavam sempre no topo da hierarquia, enquanto as mulheres negras sempre na base.

Não estou com isso rejeitando a relação com o movimento feminista, quero apenas salientar a importância de refletir sobre outras conexões existentes não só na formação do feminismo negro no Brasil, mas, principalmente, na reflexão sobre a articulação das categorias de gênero e raça. De acordo com Gonzales, citado por Bairros (2000, p. 363)

[...] o movimento de mulheres tem sido analisado a partir de três vertentes: a popular, a político-partidária e a feminista [...]. Gonzalez conclui que [...] nossa inserção no movimento de mulheres deve ser caracterizada como uma quarta vertente, pois nossa 'tomada de consciência' da opressão ocorre, antes de tudo pelo racial.

Se, todavia, a constituição da área de estudos sobre gênero e raça no Brasil derivou, inicialmente, de um campo já consolidado, no sentido de tendências e perspectivas teóricas, quero salientar que grande parte da bibliografia utilizada nas investigações sobre gênero e raça neste país é oriunda dos estudos das relações raciais, mais do que dos estudos sobre mulheres e dos estudos feministas. É preciso destacar as diferenças relativas à formação dos distintos campos, já que, na maioria das vezes, há nos estudos de gênero e raça uma identificação entre o sujeito e o objeto da investigação.

Nesse sentido, é importante observar que o interesse em entender os problemas das “relações raciais” constituiu-se uma preocupação que antecedeu a institucionalização da sociologia brasileira, a partir da criação da Escola Livre de Sociologia e Política, em 1933, e da criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934. Inicialmente, presente no relato dos viajantes e, em seguida, na obra dos ensaístas, a exemplo de Sílvio Romero, Manoel Bonfim, Oliveira Viana e, posteriormente, a partir dos trabalhos Gilberto Freyre (OLIVEIRA, 1995).

Mariza Corrêa (2003) demonstra como o campo de estudos sobre as relações raciais brasileiras já estava estruturado à época da chegada de Ruth Landes ao Brasil, nos anos 1930, destacando, inclusive, a majoritária presença masculina. Corrêa também observa que a rejeição inicial aos resultados da pesquisa desenvolvida por Landes guarda estreita relação com os seguintes fatores: primeiro, o fato de Landes ser mulher, em um contexto em que somente os homens desenvolviam pesquisas sobre o tema da religiosidade negra; segundo, o fato de ela não ter entrado por meio de uma rede de relações dos *experts*; e, terceiro, a relação pessoal desenvolvida por Landes e Edison Carneiro. Trata-se, portanto, de um campo de lutas concorrencial, no qual o que estava em jogo não eram apenas os resultados das investigações e a correspondente legitimidade acadêmica,

mas também, o reconhecimento da autoridade (BOURDIEU, 1987). Pelas observações de Corrêa torna-se também evidente que a característica adscrita, no caso específico de Landes, o gênero, joga um importante papel no modo como se incluem ou excluem os agentes de um determinado campo.

Dito de outro modo, se a formação e institucionalização do campo das relações raciais no Brasil ocorreram quase sem a presença de pesquisadores negros (FIGUEIREDO; GROSFUGUEL, 2007); os estudos sobre gênero e raça iniciaram-se de forma inversa, uma vez que a incorporação do tema relativo à interseção das categorias de gênero e raça resulta, prioritariamente, do interesse político e acadêmico das pesquisadoras negras (CALDWELL, 2007). O ponto central aqui é o lugar da enunciação, isto é, a localização étnica-racial, de classe e de gênero do sujeito que enuncia. Moraga e Anzaldúa (1983) e Mignolo (2000) lembram constantemente que sempre falamos de uma localização particular nas relações de poder. As feministas afro-americanas têm denominado esta perspectiva epistemológica, de “ponto de vista afro-centrado” (COLLINS, 2000). Não pretendo dizer com isso que se trata de um campo composto exclusivamente por pesquisadoras negras, já que muitas antropólogas não negras têm contribuições importantes ao tema; contudo, raramente a pesquisa sobre gênero e raça tem sido central na produção da maioria delas.

Neste texto, pretendo refletir sobre algumas importantes contribuições dos estudos de gênero e raça no Brasil e apontar para os novos desafios presentes nesta área.

Esses estudos que articulam as categorias de gênero e raça no Brasil refletem, na maioria das vezes, sobre a experiência das mulheres negras. Mantendo a fidelidade ao que poderíamos chamar de senso comum acadêmico, neste artigo proponho refletir sobre algumas importantes contribuições ao tema e procuro identificar algumas tendências relativas às abordagens. Existem três características que marcam os estudos sobre gênero e raça no Brasil: a) a ênfase na denúncia a dupla opressão que afeta a experiência das mulheres negras;<sup>2</sup> b) certa tendência à vitimização e/ou ao pessimismo, no que se refere à capacidade dos agentes sociais negros reverterem a situação; c) a ausência de estudos que assumam verdadeiramente a dimensão relacional proposta pelas teorias de gênero. Na maioria das vezes, a perspectiva relacional aparece quando da análise dos dados quantitativos. O texto está estruturado em três partes: na primeira, recupero alguns textos que assumiram o desafio de refletir teoricamente sobre a articulação entre as categorias de gênero e raça; no segundo, abordo uma das importantes contribuições da antropologia brasileira que resulta das reflexões sobre a construção das categorias raciais,

principalmente, sobre a construção da categoria mulata; no terceiro, reflito sobre a construção da beleza negra, aspecto importante da articulação de gênero e raça no Brasil, uma vez que através da análise do discurso de beleza podemos não só visualizar a construção de um discurso contra hegemônico, como também a emergência de novos sujeitos negros.

### *Articulando gênero e raça*

O texto de Stolcke (1991) constitui-se efetivamente, uma das primeiras tentativas da articulação teórica entre as categorias de gênero e raça publicados no Brasil. Nele, a autora estabelece uma conexão entre os termos, sexo e gênero, raça e etnicidade, buscando entender duas ordens de questões: a - a relação entre natureza e cultura; e b - desenvolver uma teoria da desigualdade na sociedade de classe.

De acordo com a autora, uma das características mais marcantes das sociedades ocidentais é a capacidade de atribuir uma origem natural, às desigualdades sociais. Este mecanismo asseguraria quase que uma ordem/desordem natural dos fenômenos sociais. É nessa perspectiva que Stolcke considera as partes da equação presentes na relação entre sexo e gênero, raça e etnicidade. Ainda que o uso do conceito de etnicidade, em substituição ao de raça, tenha ganhado maior visibilidade no período pós-guerra, em uma clara tentativa de enfatizar os aspectos históricos e culturais dos grupos humanos, da perspectiva de Stolcke essa tentativa não é bem sucedida, pois, sexo, raça e classe são subprodutos de um mesmo discurso que visa legitimar práticas de dominação masculina racial e de classe, nas sociedades ocidentais.

Na mesma direção, Suarez (1991) procurava entender a relação entre as categorias mulher e negro no pensamento brasileiro. Para ela, as duas categorias partem de um mesmo princípio, já que ambas referem-se a uma condição essencial dado pela natureza. Suarez argumenta que:

[...] o feminismo parte do suposto de que as mulheres compartilham real ou potencialmente, algumas características [...] ao invés de quebrar, a idéia de que existe uma identidade feminina essencial, que se exprime em toda parte e tempo de maneira similar (SUAREZ, 1991).

Do mesmo modo,

Os negros também são apreendidos como categoria singular, resultando assim não mais haverem negros, mas o 'negro', admitindo-se, no máximo a

pluralidade nacional exprimida com o rótulo 'o negro brasileiro' (SUAREZ, 1991, p. 4).

Conseqüentemente, os discursos políticos emancipatórios derivados destas identidades, mulheres e negros, ainda estariam profundamente relacionados às características biológicas e, conseqüentemente, às atitudes que tais discursos visam combater. Além disso, Suarez considera que:

A desnaturalização dos negros não mostra a força que apresenta a desnaturalização das mulheres. No caso dos negros, faz falta essa distinção, já que o conceito de raça não se desdobra num conceito simbólico/social que, equivalente ao gênero permita desnaturalização (SUAREZ, 1991).

Ou seja, se o conceito de gênero permitiu enfatizar os aspectos sócio-culturais da experiência das mulheres; de modo contrário, não existiria um conceito equivalente que substituísse o conceito de raça, nem mesmo o conceito de etnicidade.

Como sugere Stolke (2004, p. 93), é preciso compreender “Como se dá o processo de construção recíproca entre gênero e raça e quais são as condições sócio-políticas que as favorecem?” É exatamente essa dimensão de processo, do tornar-se mulher negra, que precisa ser mais explorado. Como veremos mais adiante, os estudos antropológicos sempre nutriram interesse em compreender as dinâmicas relativas à classificação da cor no Brasil. Por esse motivo, algumas pesquisas estiveram voltadas para entender a construção da categoria mulata, principalmente durante os anos 1990. Atualmente, diversas pesquisas têm demonstrado o aumento, significativo, do número de pessoas que se auto-classificam como negras. Mas, o que isto significa da perspectiva das pesquisas que analisam a interseção entre raça, gênero e sexualidade?

Como observou Collins (2005), durante a escravidão, os negros não eram donos do seu corpo e nem da sua sexualidade. Construídos pelo discurso do outro, o corpo negro esteve associado a aberrações e, conseqüentemente, a sexualidade negra sempre relacionada a algo animalesco, descontrolado e violento. No Brasil, o corpo da mulata também foi sexualizado a partir do olhar do outro. De modo contrário, a mulher negra que emerge nos últimos anos, exhibe orgulhoso um corpo politizado, valorizado pelo discurso cujo principal objetivo é resgatar a auto-estima negra. A emergência desse discurso deriva, inevitavelmente, de uma investida anti-racista e anti-sexista no sentido de reinventar, reconstruir o corpo negro, ou, como sugere Collins resulta de um esforço e de uma busca por uma

auto-definição, primeiro passo para a construção de um ponto de vista crítico. Isso quer dizer que as mulheres que se auto-definem como negras recusam serem construídas pelo olhar do outro. É preciso desconstruir para reconstruir uma nova imagem, ou melhor, é preciso assumir o controle da própria imagem; nos ensina Collins (2000).

Este discurso constitui, evidentemente, uma rejeição aos discursos constitutivos da mulata, tanto no que diz respeito às narrativas relativas à construindo, assim, a imagem de uma mulher negra orgulhosa de si e, portanto, valorizada. Gilliam e Gilliam (1995) observou como as mulatas esforçam-se para se distanciar das mulheres pretas. O que se verifica é que tanto a mulata quanto a negra são construídas relacionalmente, uma em oposição à outra.

Caldwell (2007) demonstra como a construção da subjetividade negra resulta de processos complexos. Uma das características marcantes na trajetória das mulheres entrevistadas por ela é a ausência absoluta de referências positivas do ser negro/negra durante a infância. Os processos através dos quais elas se tornaram negras seguem caminhos distintos. Duas delas precisaram recorrer à psicanálise; foi preciso aprender se revelar através do inconsciente, ou, da memória como sugere Gonzalez (1983). Em um dos casos, o processo de assunção da identidade de mulher negra ocorreu através do contato com o ativismo negro, como demonstrado também em outras pesquisas (FIGUEIREDO, 2002; GOMES, 2006). Caldwell também demonstra como o processo de aceitação e rejeição refere-se, invariavelmente, à aceitação do corpo e das características físicas do corpo negro.

Por esse motivo, tornou-se tão importante o discurso sobre beleza negra que visa, sobretudo, afirmar os estereótipos antes negados. A construção do discurso sobre beleza, inspirado em padrões estéticos africanos da forma como reconhecemos hoje, ganha força na Bahia, no final dos anos 70 a partir do surgimento do bloco afro Ylê Aiyê. Certamente, a emergência de um novo discurso sobre beleza negra está associado tanto à influência do movimento Black Power quanto visa responder às condições adversas resultantes do racismo na sociedade brasileira.<sup>3</sup>

Um dos eventos mais importantes para esta nova concepção de beleza é “A noite da beleza negra”, evento promovido pelo Ylê no qual ocorre a escolha da mulher negra que representará a Deusa do Ébano. A concepção de beleza proposta pelo Ylê contrapõe-se aos critérios de beleza vigentes em diversos concursos – quase todos pressupõem a medição da cintura, busto, quadril –, ao padrão branco veiculado pela mídia; mas, principalmente, das mulatas que desfilam semi-nuas nos carros alegóricos das escolas de samba do carnaval. A beleza proposta pelo

Ylê esconde exatamente aquilo que todos esperam ver expostos, os corpos das mulheres negras. Ao rejeitar o caminho mais fácil, o Ilê faz emergir um conjunto complexo de elementos em que a criatividade das roupas, danças e penteados compõem parte fundamental de uma nova proposta estética voltada para a valorização da auto-estima negra.

### *Tendências e perspectivas nos estudos sobre gênero e raça no Brasil*

Como mencionei na introdução, os estudos sobre gênero e raça iniciaram-se e têm sido conduzidos majoritariamente por mulheres negras. Da perspectiva de algumas autoras, essa característica reflete/repercute a possibilidade da emergência de uma teoria crítica resultante da tripla opressão de gênero, raça, e classe. Não obstante, a autora destaca que a construção de uma perspectiva crítica negra depende, fundamentalmente, de três fatores: a) auto-definição; b) o desenvolvimento de um ponto de vista crítico; e c) uma melhor relação entre a experiência e o mundo das idéias/reflexão teórica.

Desde o pioneiro artigo de Gonzalez, *Racismo e sexismo na cultura brasileira*, publicado em 1983, tem sido significativa a participação de pesquisadoras negras no campo definido como dos estudos de gênero e raça. Nesse texto, Gonzalez não só questiona o fato dos negros serem descritos e representados por outros no universo acadêmico, reivindicando, um lugar de legitimidade e autoridade dado pela experiência, como também denuncia as representações submissas e sexualizadas das mulheres negras na cultura brasileira, reveladas através da figura da mãe-preta, da mulata e da empregada doméstica.

As questões levantadas por Gonzalez (1983) ainda são atuais e não se restringem apenas ao contexto racial brasileiro. Referindo-se a experiência das intelectuais afro-americanas, Hooks(1995, p. 468) considera que,

O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a idéia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros.

Desde a publicação desse texto, o campo tem se expandido, incorporando, contribuições advindas de diversas áreas. Contudo, as figuras emblemáticas que permaneceram na reflexão do feminismo negro brasileiros foram, principalmente, da empregada doméstica e da mulata, ambas exploradas pelo sistema patriarcal,

capitalista. A ênfase na exploração que caracteriza o trabalho doméstico, provavelmente, resulta do fato de que grande parte das integrantes do movimento feminista negro, ou do movimento de mulheres negras, atuou no movimento da esquerda brasileira, fortemente influenciado por uma perspectiva marxista. Talvez, isso nos ajude a entender o porquê da relativa ausência da incorporação da experiência das lideranças femininas negras nas religiões afro-brasileiras, nos primeiros textos que buscaram refletir sobre a articulação de gênero e raça no Brasil.<sup>4</sup>

Os estudos que refletiram sobre o emprego doméstico, por exemplo, têm destacado que há uma ambigüidade no discurso sobre o trabalho doméstico que obscurece, dificulta que as trabalhadoras domésticas tenham consciência da opressão de gênero, raça e classe que elas vivenciam. Frequentemente, as famílias que empregam as trabalhadoras domésticas adotam o discurso de que elas fazem parte da família, ao invés de serem consideradas somente como trabalhadoras. A consequência imediata disso é que as relações de poder presentes na relação entre patroas e empregadas são mascaradas, escondidas sob o discurso de um suposto parentesco. Além disso, parece imprescindível para a construção de uma consciência de classe, em decorrência disso, a busca por direitos associados ao trabalho doméstico, que as trabalhadoras domésticas residam fora das residências em que trabalham (KOFES, 2001; COSTA, 2008).

Como disse anteriormente, grande parte da bibliografia utilizada nos estudos sobre mulheres negras é proveniente dos estudos das relações raciais, que nos anos de 1980 já estavam empenhados em demonstrar a existência das desigualdades raciais. Por isso, os estudos sobre as mulheres negras na sociologia empenhavam-se em demonstrar as desigualdades no acesso à educação e na conversão da educação no mercado de trabalho (CASTRO; BARRETO, 1992; CASTRO; GUIMARÃES, 1995; LIMA, 1999; BENTO, 1995). O artigo de Castro e Guimarães demonstra que, mesmo possuindo nível de escolaridade similar ao das mulheres brancas, as mulheres negras recebem salários mais baixos; devido a esse fato, uma das estratégias tem sido a de ser *overqualified* para o exercício de determinadas funções no mercado de trabalho .

Grande contribuição provém das pesquisas sobre a representação dos negros na literatura. Desde o livro de Brookshaw (1983) que demonstrou como os personagens negros, eram descritos como dóceis e subservientes; enquanto as mulheres mestiças e mulatas eram demasiadamente sexualizadas na obra de Jorge Amado. Analisando especificamente a personagem do livro *Gabriela Cravo e Canela*, Almeida (2004) considera que a construção da personagem central da

obra resulta da mistura de ingenuidade/pureza e sensualidade/sexualidade. Estas abordagens críticas contribuíram, posteriormente, para o desenvolvimento de um olhar mais atento, disposto a denunciar também a exploração sexual de que são vítimas as mulheres negras e mestiças no Brasil (DIAS FILHO, 2002).

Durante muito tempo, boa parte da pesquisa antropológica enfocou majoritariamente a religiosidade e alguns aspectos específicos da cultura negra. É importante destacar também a influência da tradição dos estudos sobre cultura e personalidade na antropologia norte-americana, que influenciaram Freyre e Melville Herskovits que, por sua vez, influenciaram diretamente Arthur Ramos. Não obstante, no que se refere à articulação entre gênero e raça no Brasil, o livro de Ruth Landes (1967), *A cidade das mulheres* é uma contribuição singular.

Um das importantes contribuições antropológicas ao campo provêm das considerações sobre a escala classificatória da cor no Brasil, principalmente, sobre a construção da categoria mulata. O texto de Corrêa (1996) *Sobre a invenção da mulata*, analisa a construção do sujeito, a mulata, nos discursos médicos, literários e carnavalescos e demonstra como as representações são perpassadas pelo gênero, quer dizer:

[...] A mulata é puro corpo, ou sexo, não 'engendrado' socialmente. O mulato [...] são agentes sociais, [que] carregam o peso da ascensão social, ou do desafio à ordem social, nas suas costas espadaúdas; com sua cintura fina, as mulatas, no máximo, provocam descenso social, e, no mínimo, desordem na ordem construída do cotidiano (CORRÊA, 1996, p. 41).

Enquanto Giacomini (2006) procura entender como uma categoria racial se transforma em categoria profissional, a partir do estudo realizado com as alunas do segundo Curso de Formação de Mulatas no Rio de Janeiro. A autora observa que a construção da mulata pressupõe não só a existência de características natas, a exemplo da cor da pele e do tipo de cabelo, mas, principalmente, de características adquiridas. A autora chama a atenção para o fato das entrevistadas estabelecerem uma estreita relação entre a profissão mulata com a prostituição.

O que se evidencia a partir destes textos é que a categoria mulato/mulata não é apenas uma categoria racial, ou uma categoria de cor como poderíamos ingenuamente imaginar; mas ela reflete uma construção social sobre a raça no Brasil em que a cor e os fenótipos são associados aos comportamentos. Por isso mesmo, trata-se de uma categoria que é interceptada pelo gênero, quer dizer, as representações sobre as mulatas são diferentes daquelas construídas sobre os mulatos. Os mulatos foram considerados como um exemplo contundente da ausência de preconceito racial no Brasil e, algumas vezes como uma válvula de

escape (DEGLER, 1976). No caso das mulatas, há uma associação direta com a sexualidade, já que não nascemos mulatas, nos tornamos mulatas na passagem da adolescência para fase adulta, quando somos despertadas para a sexualidade. Gillian observou que no decorrer dos anos, milhões de mulheres no Brasil:

[...] incorporarão mais de uma representação na trajetória [...] desde serem mulatas sexualizadas na juventude, a nutridoras, zeladoras e negras desfeminizadas quando tiverem mais idade (GILLIAM; GILLIAM, 1995, p. 529).

O debate em torno do significado da raça, das categorias raciais, da mestiçagem, e da classificação da cor no Brasil é o terreno em que se movem alguns dos textos antropológicos que articulam as categorias gênero e raça. Explorando cada vez mais este tema, podemos entender também como a concepção da raça é diferente para homens e mulheres. Gilliam e Gilliam (1995, p. 533), por exemplo, sugere que o cabelo é o entrelaçamento entre as categorias de gênero e raça e observa que “de todas as características, é o cabelo o que marca a “raça” e o que mais significa para a mulher.” Acrescentaria o fato de que também a vivência do racismo é diferente para homens e mulheres. Os homens negros, sobretudo, os jovens negros estão mais expostos à violência física institucionalizada ou não; enquanto que as mulheres são mais vulneráveis a outro tipo de violência, não somente aquelas que condicionam a aparência às oportunidades de trabalho (CARNEIRO, 1995), mas, principalmente, as que estão relacionadas às representações sobre o corpo e à construção de padrões de beleza hegemônicos que desconsideram a existência da beleza negra.

É sobre este último aspecto, a construção e o discurso sobre a beleza negra que articularei a relação entre gênero e raça. Já algum tempo, tenho realizado pesquisa sobre beleza negra e, recentemente, realizei o filme documentário *Deusa do Ébano*, em que procuro demonstrar como a construção de um discurso êmico sobre beleza negra permite a subversão da ordem através da re-existência como propõe Mignolo (informação verbal),<sup>5</sup> no sentido de resistir e re-existir, inventar um novo corpo negro.

### *Beleza negra em foco*

Certamente, o corpo negro é importante no Brasil como em muitos outros países da diáspora africana. Tradicionalmente, os negros têm sido discriminados

nas propagandas e no mundo da beleza, duas esferas particularmente importantes na construção de estereótipos negativos contra os negros. Ditados populares têm reforçado a rejeição aos fenótipos negros, particularmente, ao cabelo crespo. Exemplos de pais que rejeitam a relação inter-racial com a alegação de que não querem netos de cabelo crespo são freqüentes. Sem dúvida, o cabelo se constitui numa preocupação que antecede ao nascimento da criança e, na maioria das vezes, permanece nas lembranças da infância, da escola e da relação com os outros.

O cabelo é um tema muito presente no cotidiano das mulheres negras e mestiças, muitas gastam quantias significativas dos seus salários para ter um “cabelo bonito” aos seus olhos e aos olhos dos outros. Não é por acaso que parte significativa dos anúncios e propagandas de revistas direcionadas, prioritariamente, ao público negro, como por exemplo, a *Revista Raça Brasil*, é sobre produtos para o cabelo (FIGUEIREDO, 2002; KOFES, 1996).

Ainda assim, até o final dos anos de 1990, a temática do cabelo quase não tinha sido abordada nas Ciências Sociais brasileiras, inclusive, nas pesquisas que se dispunham a refletir sobre a experiência das mulheres negras. Hildegades Viana (1978) considera que, dentre as características fenotípicas dos negros, o cabelo é o mais importante, acrescentando ainda que o cabelo é o que mais incomoda aos brancos e tem sido considerado o mais feio dentre os fenótipos negros, daí o título do capítulo “O Feio da Raça”. Além disso, Hildegades observa que desde o período da escravidão, as mulheres negras utilizavam métodos para manipular o cabelo.

Em época mais recente, tanto como reflexo do lançamento da *Revista Raça Brasil em 1996* e da ênfase na manipulação do cabelo (FIGUEIREDO, 2002; KOFES, 1996), quanto da maior popularidade do chamado estilo afro (SANTOS, 2000; GOMES 2007), algumas pesquisas tem buscado entender os discursos e práticas relativas a construção do corpo negro (PINHO, 2002).

Admitindo que há uma polifonia com relação aos discursos sobre o cabelo, em 1994, realizei uma pesquisa em que busquei entender a relação entre as práticas e os discursos existentes nas diferentes formas de usar o cabelo, proveniente da fala das entrevistadas e estabeleci um contraponto com o discurso das ativistas negras (FIGUEIREDO, 1994). Do ponto de vista da militância negra, o cabelo é importante para marcar a diferença no discurso sobre a identidade, conforme veremos mais adiante. Já para a maioria das entrevistadas, o cabelo é, dentre os fenótipos negros, aquele que pode e deve ser manipulado quando desejado, por isso elas esclarecem que o método empregado para a intervenção depende de diferentes fatores tais como o lugar que se pretende ir, os preços e a disponibilidade financeira.

Visando a dar conta da diversidade de técnicas de manipulação do cabelo, construí uma tipologia em que descrevi tanto as formas e os discursos dos profissionais acerca das suas atividades, quanto o entendimento da identidade negra. Demonstrei que era possível identificar três profissionais distintos: as alisadeiras, as trançadeiras e os profissionais que trabalham com produtos químicos. Dentre estes, eram as trançadeiras que tinham um discurso mais eloquente e assertivo acerca da identidade negra.<sup>6</sup>

Quer seja porque incomoda aos brancos, quer seja porque incomoda aos próprios sujeitos em questão, para as entrevistadas o cabelo é, dentre os fenótipos negros, aquele que elas mais gostariam que fosse modificado. Quando indagadas sobre o que gostariam de mudar em seu corpo, elas respondiam, invariavelmente, que queriam mudar o cabelo. Ninguém mencionou o fato de querer mudar o formato do nariz ou das nádegas, por exemplo. Além disso, tem uma outra questão sobre o discurso do cabelo que envolve tanto a praticidade, quanto a noção de beleza. Certamente, as noções de beleza e de gosto são construídas socialmente, e as pessoas entrevistadas também são sensíveis ao discurso de beleza vigentes na sociedade mais abrangente.

Desde muito jovens, as mulheres negras são socializadas para terem o cabelo alisado, muitas relataram experiências em que a família e, principalmente, a mãe, impunha que elas tivessem os cabelos alisados. Na fase adulta, algumas alisam o cabelo porque de fato acham que o cabelo alisado fica mais bonito, enquanto outras alegam questões relativas ao cotidiano do uso do cabelo crespo e, em parte, justificam a intervenção no cabelo como uma forma de torná-lo mais prático no cotidiano.

O discurso da militância negra em torno do cabelo é basicamente contestatório e pretende a destruição de imagem dual construída na sociedade ocidental. Nela, o negro encontra-se associado à feiúra, à burrice, à sujeira, etc., em contraposição ao branco, visto como bom, belo e justo. O discurso do movimento negro, portanto, propõe uma inversão simbólica. Na perspectiva do movimento negro, a marca do negro, antes submetido a um processo de manipulação, visando ao embranquecimento, torna-se determinante na construção da identidade negra.

Em seu clássico estudo Nogueira (1985) observou que o preconceito no Brasil é de marca e não de origem. Identificar as marcas raciais descritas por Nogueira não se constitui uma tarefa difícil, por que elas são constantemente ressaltadas para marcar proximidade e/ou distância; similaridade e/ou diferença com o outro. Assim, por exemplo, alguém é sempre mais claro ou mais escuro que

ocê. Mas é principalmente a cor da pele e a textura dos cabelos que vão definir o lugar a ser ocupado no interior dessa escala classificatória. Por exemplo, morena é a pessoa mestiça e de cabelos lisos, o mulato é também mestiço, mas de cabelo crespo; o denominado sarará são as pessoas mestiças, de pele muito clara, mas de cabelo crespo. E os cabo-verdes são também mestiços, de pele escura e cabelo lisos, considerados como muito bonitos, no Brasil. O que leva a pensar que mais importante do que a cor da pele é a textura do cabelo.

Autores contemporâneos têm retomado esse tema e buscado ampliar a compreensão acerca da lógica que opera na classificação da cor na sociedade brasileira (MAGGIE,1997; VALLE SILVA, 1994). Alguns têm destacado como não apenas os fenótipos influenciam na classificação, mas também a escolaridade, a renda e, conseqüentemente, a classe. A possibilidade de mover-se no interior da escala classificatória depende, portanto, não apenas de características adscritas, mas também das adquiridas.<sup>7</sup>

Contudo, se diferentes termos são empregados no cotidiano para a classificação da cor, as categorias oficiais do censo demográfico limitam-se a cinco: brancos, pretos, pardos, indígenas e amarelos. Com exceção do censo realizado em 1970, o censo brasileiro tem tradicionalmente incluído o item cor no questionário. Por outro lado, o termo negro, que tem sido cada vez mais utilizado, tanto nos textos acadêmicos, quanto na linguagem cotidiana, resulta inicialmente da demanda dos movimentos negros, desde os anos de 1950. De acordo com Sansone (1996), há três sistemas de classificação da cor operando conjuntamente, ou isoladamente. São eles: a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); os inúmeros termos empregados na cultura popular; e a classificação bipolar utilizada pelo Movimento Negro, e cada vez mais presente nos textos acadêmicos. Além disso, Sansone (1996) demonstra como o termo negro é utilizado por uma população mais jovem, mais escolarizada e que tem expectativas diferenciadas dos pais no que se refere à inserção no mercado de trabalho.

Dessa perspectiva, alisar o cabelo na sociedade brasileira pode não ser visto apenas como um exercício de beleza, mas também pode ser considerado como uma tentativa de mover-se na escala classificatória da cor, tornando-se menos negro. Considerando a importância atribuída ao cabelo na definição do lugar a ser ocupado na escala classificatória da cor, o movimento negro brasileiro toma o cabelo natural como símbolo de afirmação da identidade. O discurso proferido pelo movimento negro é o de estabelecer uma regra contrária à regra vigente e, se a regra é alisar o cabelo, visando dissimular a sua condição étnica racial, a contra-

regra é afirmar os fenótipos, não alisar o cabelo (CUNHA, 1991). Ao propor a afirmação do cabelo, o movimento negro não o isola de um conjunto de roupas e adereços que comporiam uma nova estética (MAUÉS, 1991; VIEIRA, 1989).

Nancy Scheper-Hughes e Margaret Lock (1987) definem e consideram a relação entre três corpos: o corpo individual, o corpo social e o corpo político. O primeiro é entendido como a experiência do *self*, o segundo refere-se à representação do corpo como símbolo natural, e o terceiro refere-se à regulação e controle do corpo. Para Miller (1998), o cabelo também pode ser analisado sob três perspectivas: quanto à dimensão pessoal; ao significado social do cabelo; e à dimensão política. O uso de determinado tipo de cabelo pode também estar associado aos movimentos de resistência, como por exemplo o movimento *Punk*, em que o estilo de cabelo usado pelos jovens está claramente emitindo uma mensagem de resistência cultural (MILLER, 1998).

Nesse sentido, as possibilidades de diferentes discursos sobre o cabelo, assim como a relação com o *self* e com as diferentes representações sociais não estão relacionadas apenas ao desejo de embranquecer como pressupõe algumas das análises sobre o cabelo. Como procurei demonstrar, há uma polifonia nos discursos sobre o cabelo, e os sujeitos negros inseridos neste contexto, lançam mão das diferentes falas e representações, buscando encontrar um lugar de maior autonomia, buscando construir uma melhor relação com o corpo e com a própria imagem.

## *Notas*

<sup>1</sup> Quero agradecer ao convite feito pela CRER-ABA para escrever este artigo, porque possibilitou a interrupção de uma seqüência de argumentos que sempre me permitiram o adiamento desta tarefa. Agradeço aos editores desta publicação pelo estímulo e paciência. Quero agradecer também ao grupo de estudos sobre gênero e raça do POSAFRO/UFBA, especialmente a Tatiana Reis e Viviane Santos.

<sup>2</sup> É Preciso destacar que embora a maioria dos textos mencione a importância da articulação entre as categorias de gênero, raça e classe, quase sempre nas análises é excluída a dimensão da classe.

<sup>3</sup> Sobre o surgimento e trajetória do bloco afro do Ilê, ver Agier (1999).

<sup>4</sup> A incorporação da importância das lideranças religiosas, **das orixás** e das mitologias afro-brasileiras ocorrem num momento posterior, sobretudo, a partir dos anos 1990 (WERNECK; MENDONÇA; WHITE, 1994).

<sup>5</sup> Conferência proferida por Walter Mingnolo no contexto do curso Fábrica de Idéias em 2006.

<sup>6</sup> As alisadeiras utilizam o “ferro de espichar”, uma chapa que é aquecida ao fogo. Normalmente esta técnica é realizada nas cozinhas de casa e a clientela é composta de moradores do próprio bairro, diferente das trançadeiras que trabalham para uma clientela muito mais ampla. É importante observar que no período da pesquisa somente as mulheres trançavam e alisavam o cabelo.

<sup>7</sup> Em recente artigo Figueiredo e Aquino (2005) observaram que não só o número de termos empregados na auto-classificação da cor varia entre as cidades, localizadas em diferentes regiões do país, como alguns termos são utilizados especificamente em alguns contextos, a exemplo de um entrevistado que se auto-classifica como uma pessoa de cor, termo só utilizado em Salvador. Em Porto Alegre, foram utilizados 35 termos, no Rio de Janeiro, 32 termos, e em Salvador 53 termos. Do mesmo modo, constatamos que há uma diferença entre o número de termos utilizados para a auto-classificação da cor entre os homens e as mulheres. Ainda que os primeiros utilizem um maior número de termos – 58 contra 44 entre as mulheres –, são elas que mais os diversificam, a exemplo da autodenominação morena, que recebe as derivações de moreninha e morena jambo.

## *Referências*

- AGIER, Michael. *Anthropologie du carnival*. Marseille: Parenthese, 1999.
- ALMEIDA, Miguel Vale. *Outros destinos: ensaios da antropologia e cidadania*. Porto: Editora Campo das letras, 2004.
- ANZALDÛA, Gloria. *BORDERLAND/ La fronteira: the new mestiza*. San Francisco: Spinsters/Aunte Lute, 1987.
- AZEREDO, Sandra. Teorizando sobre gênero e relações raciais. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 1994.
- BAIROS, Luíza. Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994. *Revista Afro Ásia*, n. 23, Salvador, p. 223-244, 2000.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. A mulher negra no mercado de trabalho. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 479-489, 1995.
- BORDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BROOKSHAW, David. *Raça e cor na literatura*. Porto Alegre: Mercado Abeto, 1983.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000.

\_\_\_\_\_. The Body and Subjectivity. In: \_\_\_\_\_. **Negras in Brazil: re-envisioning black women, citizenship, and the politics of identity.** New Jersey; London: Rutgers University Press, 2007. p. 81-130.

CASTRO, Nadya; BARRETO, Vanda Sà. Os negros que dão certo: mercado de trabalho, mobilidade e desigualdades raciais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16., Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1992. Mimeo.

CASTRO, Nádya Araújo; GUIMARÃES, Antonio Sérgio. Classe proletária, trabalhadores prósperos. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio; CASTRO, Nadya; AGIER, Michel (Org.). **Imagens e identidades do trabalho.** São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 19-39.

CARNEIRO, Suely. Gênero, raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 544-553, 1995.

COLLINS, Patricia Hill. **Black sexual politics: African- Americans, gender, and the new racism.** New York; London: Routledge, 2005.

\_\_\_\_\_. **The black feminist thought.** London: Routledge, 2000.

CÔRREA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 6/7, p. 35-50, 1996.

\_\_\_\_\_. O mistério dos orixás e das bonecas. In: \_\_\_\_\_. **Antropólogas e antropologia.** Belo Horizonte: Editora da UFMG; Humanitas, 2003, p. 163-185.

COSTA, Joaze Bernadino. **Sindicato das trabalhadoras domésticas no Brasil: teorias da descolonização e saberes subalternos.** 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Mimeo.

CUNHA, Olívia M. dos Santos. **Corações Rastafari: lazer, política e religião em Salvador.** 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

DEGLER, Carl N. **Nem preto nem branco: escravidão e relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos.** Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1976.

DIAS FILHO, Antônio Jonas. O turismo sexual no Brasil e a questão da identidade. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26., 2002. Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS. Texto apresentado na ANPOCS, mimeo.

FIGUEIREDO, Ângela. **Beleza pura: símbolos e economia ao redor do cabelo do negro.** 1994. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

\_\_\_\_\_. **Cabelo, cabeleira, cabeluda, descabelada: identidade, consumo e manipulação da aparência entre os negros no Brasil.** 2002. Texto apresentado na ANPOCS. Mimeo.

\_\_\_\_\_; GROSFOGUEL, Ramon. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. **Ciência e Cultura**, Campinas, v. 59, n. 2, 2007.

\_\_\_\_\_; AQUINO, Estela. **Dinâmicas da classificação da cor no Brasil**. 2005. Mimeo.

GIACOMINI, Sonia. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1, 2006.

GILLIAM, Ângela; GILLIAM, Onik'a. Negociando a subjetividade da mulata. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 479-489, 1995.

GOMES, Nilma Limo. **Sem perder a raiz: corpo e canelo como símbolo da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONZALEZ, Lelia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, n. 2, Brasília, p. 223-244, 1983.

HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-479, 1995.

KOFES, Suely. Comentar a Revista Raça Brasil não é uma tarefa fácil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 6-7, 1996.

KOFES, Suely. **Mulher, mulheres: identidade, diferença e desigualdades na relação entre patroas e empregadas domésticas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1967.

LIMA, Márcia. Trajetória educacional e realização sócio-econômica das mulheres negras. In: HASENBALG, Carlos; VALLE SILVA, Nelson do; LIMA, Macia (Org.). **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: IFCS;UFRJ-CEAA;PUC-RIO, 1999.

MCCALLUM, Cecilia. Women out of place? A micro-historical perspective on the Black feminist movement in Salvador da Bahia, Brazil. **Jornal Latin America Studies**, Cambridge, n. 39, p. 55-80, 2007.

MAGGIE, Yvonne. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias da cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, Marcos Chor; VILLAS BOAS, Gláucia (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1997. p. 225-234.

MAUÉS, Maria Angélica Motta. Da “Branca senhora” ao “negro herói”: trajetória de um discurso racial. **Estudos Afro-Asiáticos**, n. 21, p. 119-130, 1991.

- MIGNOLO, Walter. *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges and border thinking*. Princeton, 2000. Essays on the Coloniality, 2000.
- NOGUEIRA, Oracy. *Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais*. São Paulo, 1985.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A Sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.
- PINHO, Osmundo Araújo. Deusa do ébano: a construção como uma categoria nativa da reafirmação em Salvador. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 26., 2002. Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS.
- SANTOS, Jocélio Teles. O negro no espelho: imagens e discursos nos salões de beleza étnicos. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 38, p. 49-66, 2000.
- SANSONE, Livio. Nem somente preto ou negro: o sistema da classificação da cor que muda no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 18, p. 165-188, 1996.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. 2005. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen\\_categoria.html](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/generodh/gen_categoria.html)>. Acesso em: 07 nov. 2005.
- STOLKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para a etnicidade? *Estudos-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 101- 117, 1991.
- \_\_\_\_\_. La mujer es puro cuento: la cultura del género. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 77-105, 2004.
- SUAREZ, Mireya. As categorias “Mulher” e “Negro” no pensamento brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 15., Caxambu. *Anais...* Caxambu: ANPOCS, 1991. Mimeografado.
- VALLE SILVA, Nelson do. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 26, p. 67-80, 1994.
- VIANA, Hildegards. *A Bahia já foi assim*. São Paulo: Edições GRD, 1978.
- VIEIRA, Hamilton. Tranças: a nova estética negra. In: LUZ, Marco Aurelio, *Identidade negra e educação*. Salvador: Ianamá, 1989. p. 81-87.
- VIGOYAS, Mara Viveiros. El concepto de género y sus avatares: Interrogantes em torno a algunas viejas y nuevas controversias. In: BENAVIDES, Carmen Millán de; MESA, Ángela Maria Estrada (Org.). *Pensar (em) gênero: teoria y práctica para nuevas cartografías del corpo*. Bogotá: Editorial Javeriana, 2004. p. 170-194.
- WERNWCK, Jurema; MENDONÇA, Maisa; White, Evelyn C. *O livro da saúde das mulheres negras*. Rio de Janeiro: Crioula; Pallas, 1994.